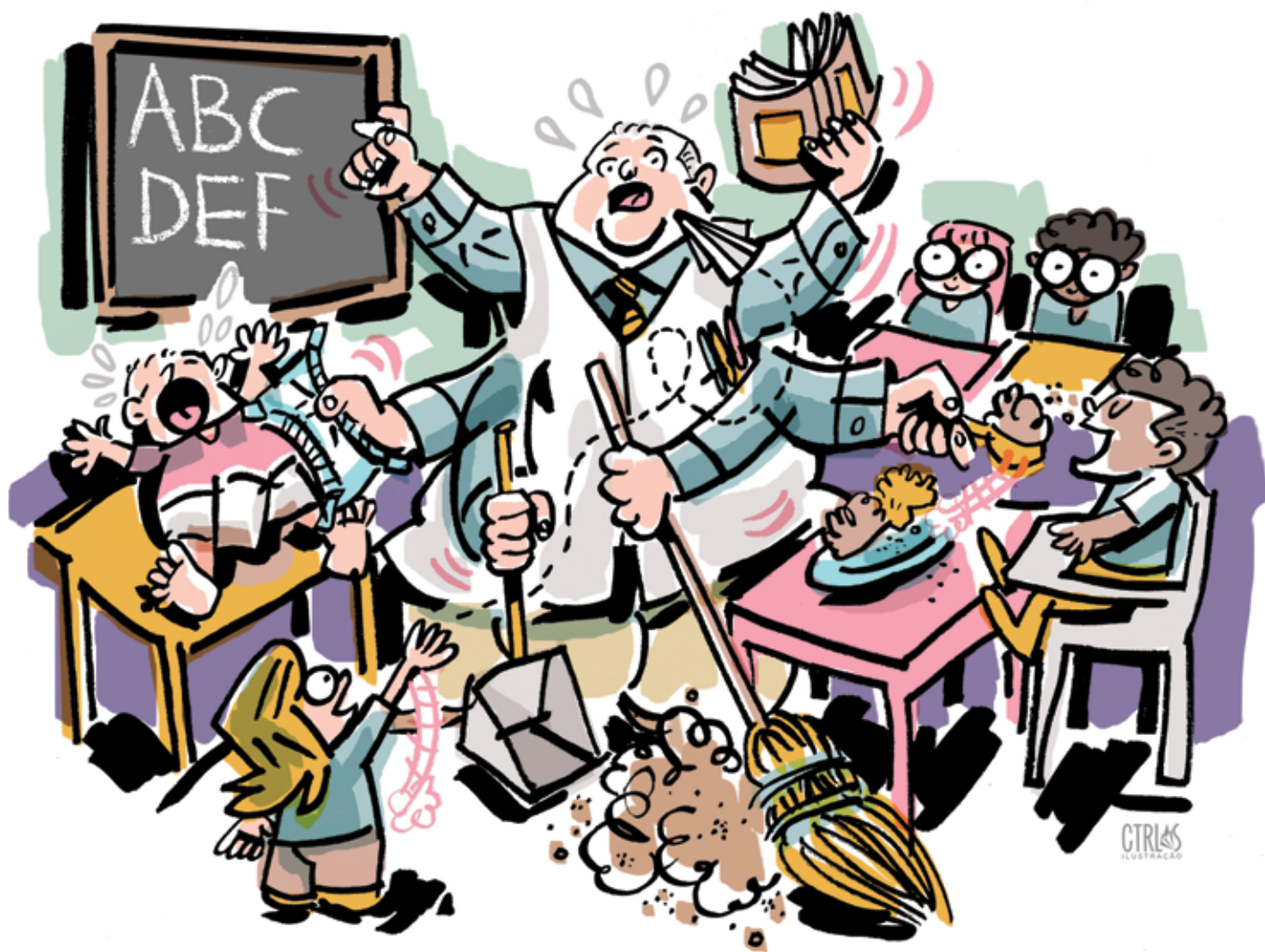


## GRECA ESTUDA AUMENTAR NÚMERO DE CRIANÇAS POR SALA

Sismuc aponta para riscos à segurança nos cmeis, qualidade do ensino e prejuízos ao desenvolvimento da criança



**Planilha apresentada em reunião diminui o número de professores em sala** pag3

**Prefeitura paga o preço** pag4

# Greca quer DIFICULTAR TRABALHO dentro dos cmeis

Mudança na relação entre o número de professores e alunos prejudica desenvolvimento da criança de zero a cinco anos

Pedro Carrano



**Cmei em construção, um dos doze que demandam mais servidores na rede**

por **Pedro Carrano**

Uma criança quebrou a perna há pouco tempo em um dos cmeis da capital. Embora a relação não seja automática, é fato que havia menos atenção a ela, dado que apenas dois professores de educação infantil estavam em sala de aula no momento do acidente.

Não bastassem os problemas estruturais, com paralisações de obras e unidades sem uso, o prefeito Rafael Greca (PMN) pretende dificultar ainda mais o trabalho dentro dos cmeis.

A conta de Greca na realidade é básica e conhecida: diminui-se o número de profissionais e aumenta o número de crianças, uma vez que a demanda por vagas na capital é grande.

“Tem cmeis em que profissionais já ficam sozinhos em alguns períodos, caso do horário do sono, quando duas professoras saem para almoçar ou para o lanche. Ou, mesmo na recepção, professores ficam sozinhos com as crianças”, relata Soraya Cristina, professora de educação infantil.

**Aumento injusto.** A mudança aconteceria com a alteração da deliberação número 02/2012 do Conselho Municipal de Educação que versa sobre dimensionamento das turmas e relação professor/criança.

Servidores municipais apontam o risco de alteração do número de crianças

por profissionais em sala de aulas nos cmeis, diminuindo também o número de profissionais de maneira geral.

“Será que é aumentando o número de crianças por sala que o prefeito pretende resolver o déficit do número de vagas?”, questiona Adriana Kalckmann, professora de educação infantil, referindo-se à lista de espera que chega a 10 mil crianças.

**Organização das turmas.** A gestão quer mudança do número de crianças por profissional. Isso vai afetar também a organização das turmas. Na turma B1 hoje são 15 crianças ao total e cinco por professor. Com essa nova diretiva da gestão, o número pode passar para 18 no total, alerta o sindicato.

“A novidade está no maternal 1, com a proposta de dez crianças por profissional, em um limite de 30. Trabalho há 26 anos na rede e nunca tivemos um limite de 30, o máximo que trabalhamos até hoje foi de 24”, critica Maria Santos, professora de educação infantil.

Já no maternal 2, hoje trabalha-se com até 30 crianças e três profissionais. E a nova sinalização da prefeitura visa a reduzir o número de profissionais nessa turma, aumentando a relação entre número de crianças por profissional.

No pré 1 e 2, quer se aumentar para 25 crianças por profissional. Sendo que hoje o número é de até 20.

## Número necessário passa por chamada de concurso

► Pelo dimensionamento médio de um cmei, seriam necessários 19 profissionais, contando com equipe de permanência, para preencher o equipamento público.

Em média, então, para 18 novas unidades na cidade (doze prontas e seis em construção) de cmeis, seriam necessários tão somente 340 funcionários convocados.

No caso da educação infantil, o concurso mais recente foi feito em 2014 e a primeira leva de 210 profissionais tomou posse no dia 19 de maio de 2014.

Do total de aprovações nesse concurso, a prefeitura chamou, até agora, de acordo com informações do Sismuc, 859 servidores de 2014 até 2017, no decorrer de três anos.

Em 2017, a convocação desse concurso chamou 75 pessoas, apenas em caráter emergencial: casos como falecimento, exoneração e outros afastamentos.

Restam 434 servidores que deveriam ser chamados, o que preencheria de sobra a atual demanda e seria o necessário para preencher a lacuna de 18 cmeis hoje parados, sem atividade, sem servidores, e com muita demanda social.

## Pacotão congelou contratações

► “A gestão quer diminuir o número de educadores e aumentar o número de crianças nas salas de aula. Com o pacote, as contratações estão congeladas e não há previsão de concursos, então o prefeito quer resolver o déficit de pessoal com remanejamento”, aponta Adriana Kalckmann, professora de educação infantil.



# Principal impactado com as medidas de Greca: A CRIANÇA

Com redução de profissionais, a criança está mais propícia a acidentes

Pedro Carrano



Diminuição de professores e aumento de crianças preocupam comunidade escolar

por **Pedro Carrano**

A questão da segurança da criança, de acordo com o número em sala de aula, é uma questão importante para compreender o papel de uma educação infantil de qualidade.

Neste sentido, hoje é considerada uma conquista o terceiro professor dentro de sala de aula.

Com redução de profissionais, a criança está mais propícia a acidentes, não tem o acompanhamento pedagógico necessário, o cuidado físico e também educacional.

O principal prejuízo, na avaliação de Juliana Mildemberg, professora da educação infantil, ocorre sobre a atenção hoje dada a uma criança.

Um dos prejuízos vistos por ela ocorre sobre o processo pedagógico. “Não é um processo fácil. Imagine agora trinta crianças. Esse contato vai diminuir o tempo dispendido com a criança”, adverte Juliana.

**Sobrecarga física.** A questão física também necessita ser avaliada, devido aos impactos e sobrecarga do profissional professor

da educação infantil.

“O desgaste físico será muito maior dentro de sala. Isso porque são mais crianças, no maternal 1 serão 30 crianças para trocar, por exemplo. Além do impacto no psicológico por oito horas na mesma turma”, avalia a professora de educação infantil.

A questão pedagógica é uma das que mais vai ser prejudicada, em uma idade na qual as crianças têm necessidades

específicas na parte física, motora e de aprendizado. Atenção qualificada, neste sentido, é fundamental.

**Metragem deficiente.** A prefeitura atualmente já desrespeita a metragem de sala, de acordo com professores da educação infantil. Resolução do governo do Paraná, para metragem de ambientes, aponta necessidade de 2,20 metros quadrados por criança de até dois anos.

## DIMENSIONAMENTO NOS CMEIS

### Possível proposta da prefeitura

### O que diz o Plano Municipal de Educação (PME)\*

1 profissional a cada 6 crianças, até o limite de 18 crianças

◀ B1 ▶

1 profissional a cada 5 crianças, até o limite de 15 crianças

1 profissional a cada 8 crianças, até o limite de 24 crianças

◀ B2 ▶

1 profissional a cada 5 crianças, até o limite de 15 crianças

1 profissional a cada 10 crianças, até o limite de 30 crianças

◀ M1 ▶

1 profissional a cada 8 crianças, até o limite de 24 crianças

1 profissional a cada 15 crianças, até o limite de 30 crianças

◀ M2 ▶

1 profissional a cada 10 crianças, até o limite de 30 crianças

1 profissional a cada 25, até o limite de 35 crianças

◀ PRÉ 1 ▶

1 profissional a cada 15 crianças, até o limite de 20 crianças

1 profissional a cada 25, até o limite 35 crianças

◀ PRÉ 2 ▶

1 profissional a cada 15 crianças, até o limite de 20 crianças

\*Número muitas vezes desrespeitado pela prefeitura

# TERCEIRIZAÇÃO NÃO É SOLUÇÃO; é precarização e escravidão do trabalho

Ideia da prefeitura é contratar empresas para prestar serviço e oferecer baixos salários para o trabalhador. Sociedade não terá controle do gasto com essa forma de contrato

por **Andréa Rosendo**

**E**m menos de 15 dias o prefeito Rafael Valdomiro Greca de Macedo retirou com uma canetada um direito conquistado há 10 anos. Recorrendo à estratégia já usada para a aprovação de outros projetos impopulares, Greca protocolou o projeto para alterar a lei 9.226/1997 – em regime urgência – na Câmara de Vereadores de Curitiba (CMC) no dia 18 de agosto. No dia 29 do mesmo mês – e com 25 votos a favor e 7 contrários – o plenário da Câmara aprovou o projeto de lei do executivo que permitiu a atuação de organizações sociais nas

áreas de saúde e educação.

A Lei Municipal Nº 9.226 de 1997, sancionada pelo prefeito Cássio Taniguchi, definiu quais entidades estariam qualificadas como Organizações Sociais (OS's) para atuar no serviço público. O artigo 1º da referida lei incluía parágrafo único estabelecendo que serviços de assistência médica em unidades de saúde mantidas pelo município, e atividades prestadas aos alunos da Rede Municipal de Ensino, não poderiam ser atribuídos às Organizações Sociais. Porém, a regra foi clara até 31 de agosto de 2017, quando o parágrafo único foi revogado pela Lei nº 15.065/2017, sancionada por Greca.

**Curitiba e a terceirização às pressas.**

A abertura para a terceirização em Curitiba foi criticada pelo funcionalismo público e por vereadores da oposição. A vereadora professora Josete se posicionou contrária à proposta durante toda a tramitação da matéria. Em entrevista para a TV local, afirmou que o projeto é uma forma de terceirização e que as organizações sociais vão prestar o serviço que deveria ser prestado pelo município, principalmente na área de saúde e educação.

“Entendo que temos um currículo, um programa para a área de saúde e educação que devem ser cumpridos. Todos que estão hoje terceirizados ganham menos que aqueles profissionais que são contratados de forma direta, assim como cai a qualidade em relação ao atendimento que é direito de todos os usuários tanto da saúde como da educação”, argumentou à época.

**Terceirização é precarização das relações de trabalho.**

A terceirização no serviço público não é solução para a crise. Pelo contrário, é um ataque direto ao trabalhador que fica submetido à precarização do trabalho. Para a coordenadora de Comunicação do Sismuc e professora da educação infantil, Soraya Zgoda, a lei da terceirização permite que a prefeitura contrate serviços de saúde e educação de acordo com os seus critérios e não observando a pauta dos trabalhadores desses equipamentos.

“A ideia da prefeitura é contratar empresas para prestar serviço e oferecer baixos salários para o trabalhador. Curitiba tem 12 Cmeis novos, mas que não estão estruturados para receber as crianças. A terceirização não é solução. É mais uma forma de ingerência do executivo. Gasta-se dinheiro do município sem que saibamos como será utilizado e que tipo de serviço será ofertado”, enfatizou.



Manoel Ramires

*Servidores têm o compromisso de zelar pela qualidade do serviço público; terceirizados não são responsabilizados pelo serviço prestado*

## Anulação da Reforma Trabalhista

▶ A CUT Nacional lançou no dia 7 de setembro a coleta de assinaturas para um Projeto de Lei de Iniciativa Popular que revogue a nova legislação trabalhista – que entra em vigor no próximo dia 11 de novembro. A meta da central é obter a assinatura de mais de 1,3 milhão de brasileiros para o documento que será entregue à Câmara dos Deputados. O passo seguinte é pressionar os deputados a votarem o texto que revoga a proposta de Temer que acabou com diversos direitos trabalhistas.